



PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANITO

Publicado(a) aos 29.08.16, nos Edifícios
Sede dos Poderes Executivo e Legislativo do
Município de acordo com o disposto no art.
97, I, "b", da CE/PE.

LEI Nº 0352 /2016

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração
e execução da Lei Orçamentária de 2017 e
dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRANITO/PE**, no uso de suas atribuições
legais, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE GRANITO/PE** aprovou e Eu
Sanção a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da
Constituição, e na Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de
Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de Granito para o
exercício de 2017, compreendendo:

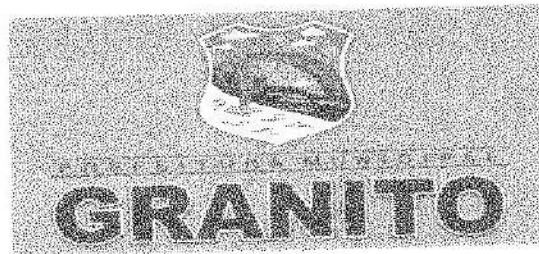
- I - as metas e prioridades, metas fiscais e riscos fiscais da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VII - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo;
- VIII - as disposições relativas à dívida pública do Município;
- IX - a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- X - as disposições sobre transparência fiscal; e
- XI - as disposições finais.

CAPÍTULO I AS METAS E PRIORIDADES, METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I Das Prioridades e Metas

Art.2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017, bem como a
execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de
superávit primário constante desta Lei.

Fone: (87) 3880-1156 Fax: 3880 1172
Av. José Saraiva Xavier, nº 90 – Centro – CEP: 56160-000 – Granito – PE
CNPJ: 11.040.888/0001-03
SITE: www.granito.pe.gov.br



Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017, respeitadas as disposições constitucionais e legais, terão precedência na alocação de recursos na Lei do Orçamento Anual de 2017, bem como na sua execução, não se constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observadas as seguintes diretrizes gerais:

I - aprimoramento dos investimentos na área da saúde, com ampliação da rede física, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica;

II - ampliação do acesso à educação básica, melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com ampliação e requalificação da rede física, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e diretores de escolas municipais, expansão do programa Saúde na Escola e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do Município;

III - garantia da mobilidade e da acessibilidade no espaço urbano, expansão das intervenções em vias urbanas;

IV - melhoria das condições de segurança pública no Município, sobretudo em seus próprios públicos e criação de uma rede municipal de prevenção social da violência;

V - estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com projetos de infraestrutura, otimização dos processos de licenciamento e regularização, possibilitando ambiente acolhedor ao empreendedor, expansão dos programas de qualificação de jovens, ampliação das perspectivas de turismo de lazer, cultura e negócios no Município;

VI - melhoria do acesso aos serviços públicos e à informação, elevando a qualidade do atendimento ao cidadão e aperfeiçoando o relacionamento com a população, valorização e aprimoramento do desempenho profissional dos servidores e empregados públicos municipais, por meio da melhoria nas condições de trabalho, da capacitação;

VII - fortalecimento da política habitacional de interesse social, por meio da ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida e do programa Vila Viva, com viabilização de novas moradias, reassentamentos, melhorias urbanísticas e ambientais;

VIII - aprimoramento do processo do Orçamento Participativo para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e



gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;

IX - promoção da recuperação e preservação ambiental, notadamente por meio de ações voltadas para a despoluição de cursos d'água e redução de inundações, desenvolvimento urbano ordenado e melhoria das condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade por meio da revitalização de espaços urbanos, garantia dos serviços de limpeza urbana e expansão dos serviços de coleta; garantia do ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, revitalização dos principais corredores viários e garantia dos serviços de manutenção necessários aos espaços públicos da cidade, melhoria da qualidade ambiental, da informação e das infraestruturas;

X - promoção, apoio e incentivo à formação cultural, ao acesso da população aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do Município, apoio às iniciativas de criação e produção artístico-culturais da sociedade, promoção de medidas de preservação dos marcos e espaços de referência simbólica e da história da cidade e recuperação e valorização do patrimônio cultural;

Art. 4º As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2017 são as constantes do anexo I que integra esta Lei.

Seção II Das Metas Fiscais

Art. 5º As Metas Fiscais, constantes do Anexo II que integra esta Lei, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, de receitas e de despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2017 e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento de metas referidas no § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio dos demonstrativos abaixo:

- I - demonstrativo I - metas anuais
- II - demonstrativo II - avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;
- III - demonstrativo III - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - demonstrativo IV - evolução do patrimônio líquido;
- V - demonstrativo V - origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;
- VI - demonstrativo VI - avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;
- VII - demonstrativo VII - estimativa e compensação da renúncia de receita;



VIII - demonstrativo VIII- margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º No Anexo de Metas Fiscais, os demonstrativos descritos nos incisos I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo 2, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 6º Durante o exercício será avaliado o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas para cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção III Dos Riscos Fiscais

Art. 7º Os Riscos Fiscais, constantes do Anexo III que integra esta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

§1º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para reserva de contingência, não inferiores a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o referido exercício.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º O projeto de lei orçamentária do Município de Granito, relativo ao exercício de 2017, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:



I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, devendo o Governo Municipal promover audiências públicas;

III - o princípio de transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º. Na Lei Orçamentária de 2017, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.

§ 1º Os programas serão os seguintes:

- I - 5000 – Câmara Municipal;
- II - 5001 - Gestão Pública;
- III - 5002 – Granito Mais Saudável;
- IV - 5003 - Família Cidadã: Ações Sociais;
- V - 5004 - Acesso à Educação Básica e Qualidade do Ensino;
- VI - 5005 - Difusão e Desenvolvimento Cultural;
- VII - 5006 – Cresce Granito;
- VIII - 5007 – Granito Integrado; e
- IX - 5008 - Reserva de Contingência.

§ 2º A despesa, quanto à sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 e alterações posteriores, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 3º As fontes de recursos de que trata o “caput” deste artigo compreendem:

- I - Tesouro Livre - Administração Direta;
- II - Tesouro Livre - Administração Indireta;
- III - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Educação - MDE;
- IV - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Saúde;
- V - Vinculados por Lei;
- VI - Tesouro - Contrapartida;



- VII-Tesouro - Contrapartida - PAC;
- VIII - Recursos Vinculados / Convênios e Contratos; e
- IX- Operações de Crédito.

Art. 10 Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;
- II - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;
- III - órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;
- IV - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
- V - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;
- VI - produto, bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
- VII - unidade de medida, utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e
- VIII - meta física, quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

- I - alterações do produto e da finalidade da ação; e
- II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.



§ 3º A meta física deve ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o respectivo projeto, atividade ou operação especial, devendo ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 6º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município e seus fundos, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema Contabilidade Pública Integrado - SCPI.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F) e da Seguridade Social (S).

§ 2º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);
- V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e
- VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 15, será classificada no GND 9.

§ 4º O identificador de Resultado Primário (RP) tem como finalidade auxiliar a apuração do superávit primário previsto no art. 2º, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa.



§5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§6º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas;

§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 7º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV - Aplicações Diretas (MA 90); e

V - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação "a definir" (MA 99).

§ 9º É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação "a definir" ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 13 Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação contida no inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e



da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 14. O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, até o dia cinco de outubro, a proposta Orçamentária Anual do Município de Granito/PE (LOA) para o exercício seguinte, e compor-se-á de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- III. Tabelas explicativas, a que se refere o inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:
 - a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964; e
 - b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;
- V - Demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- VI - Relação de projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados no mínimo por categoria econômica, pelo grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.
- VII - Anexo dispendo sobre as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- VIII - Anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos respectivos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei;
- IX - Reserva de contingência, estabelecida na forma desta lei;
- X - Demonstrativo com todas as despesas relativas à dívida pública;

§ 1º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual conterá:

- I. Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;



II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, observado, na previsão da receita, o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

III. Demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

IV. Demonstrativo do cumprimento das disposições da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V. Justificativa para eventuais alterações em relação às determinações contidas nesta lei.

§ 2º Os quadros e tabelas da proposta orçamentária deverão ser encaminhados em suporte físico que permita o imediato processamento eletrônico dos dados, sem prejuízo da apresentação usual, devendo os Poderes Executivo e Legislativo prover os recursos necessários ao adequado processamento dessas informações.

§ 3º O Poder Executivo tornará disponíveis, por meio da Internet, cópia da proposta orçamentária, cópia da lei orçamentária e respectivos anexos, até 10 (dez) dias após sua publicação e relatório resumido da execução orçamentária até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 15. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do **caput** do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo no Projeto e na Lei Orçamentária de 2017 a, no mínimo, 1% (um por cento) e 0,5 (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, respectivamente, sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

CAPÍTULO III DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I Diretrizes Gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.



§ 1º O controle de custos de que trata o **caput** será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

§ 3º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 4º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 5º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II - ações de caráter sigiloso;

III - ações que não sejam de competência do Município, nos termos da Constituição;

IV - clubes e associações de agentes públicos, ou quaisquer outras entidades congêneres;

V - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

VI - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;

VII - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;



propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, que sejam objeto de proposta de emenda, de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2017:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até sessenta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes

§ 3º O atendimento de programação cancelada nos termos do § 2º far-se-á por intermédio da abertura de crédito suplementar.

§ 4º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2017 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 45. Sem prejuízo do disposto no art. 44, as estimativas de receita constantes do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão considerar as desonerações fiscais que serão realizadas e produzirão efeitos no exercício de 2017.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO

Seção Única Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 46. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2017 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 47. A Câmara Municipal poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos e convênios com indícios de irregularidades graves.



153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2016.

§ 2º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

§ 3º A remuneração dos servidores do Poder Legislativo não deverá ultrapassar o subsídio do Chefe do Poder Executivo, nos moldes do art. 37, XI, da Constituição Federal.

I - Na fixação dessa remuneração, a Câmara deverá observar, simultaneamente, o total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, além dos percentuais incidentes sobre o somatório das receitas tributárias e das transferências efetivamente realizadas no exercício anterior, previstas nos art. 153, §5º, 158 e 159 da Constituição Federal.

II - a despesa com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 6% da Receita Corrente Líquida do Municipal, conforme os art. 19 e 20 da LC 101/00.

III. Não será permitido à Câmara Municipal gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os subsídios dos vereadores e proventos de inativos, nos termos do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.

§ 4º A Câmara de Vereadores enviará a Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

Parágrafo único - O repasse dos recursos à Câmara de Vereadores, relativo ao mês de janeiro de 2017, poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2016, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2017, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para repasses de fundos ao Poder Legislativo.

Seção III Dos Débitos Judiciais

Fone: (87) 3880-1156 Fax: 3880-1172
Av. José Saraiva Xavier, nº 90 – Centro – CEP: 56160-000 – Granito – PE
CNPJ: 11.040.888/0001-02
SITE: www.granito.pe.gov.br



Art. 21. O orçamento para o exercício de 2017 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, art. 87 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

§ 1º Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2016, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2017, conforme determina a Constituição Federal.

§ 2º A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo periodicamente oficializar aos Tribunais para conferir os registros.

§ 3º Para fins de acompanhamento, o Setor Jurídico do Município examinará todos os precatórios e instruirá os setores envolvidos.

Seção IV Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 22. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social:

I - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal; e

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas e de fundos, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**.

§ 1º As receitas de que trata o inciso III do **caput** deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Seção VII Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 23. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto do Poder Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.



§1º Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do caput deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;
- V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;
- VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2017, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea "a" do inciso IV do caput do art. 14, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2016, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2017;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e



IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2016, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, será publicado, junto com o Relatório Resumido Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2017, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2016.

§ 8º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6º deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 9º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2017 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 10 Não se incluem no limite de suplementação previsto no § 8º as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.

§ 11 As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 12 Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no valor mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 24. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2017 serão submetidas ao Prefeito, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 4º do art. 23.



§1º Será através de Decreto a execução da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total da lei orçamentária para o exercício de 2017.

§2º Não se incluem no limite de suplementação definido em ato normativo do Poder Executivo as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamentos do sistema previdenciário;
- III – pagamento do serviço da dívida;
- IV – pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS e do Sistema municipal de Ensino;
- V – transferências de fundos ao Poder Legislativo.

Art. 25. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Parágrafo Único. Os grupos de natureza de despesa decorrentes da abertura ou reabertura de créditos extraordinários durante o exercício, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo, para adequá-los à necessidade da execução.

Art. 26. Os Anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2017.

Art. 27. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2017 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização da Câmara Municipal.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio de cada Poder, até 15 de fevereiro de 2017, observado o disposto no art. 26.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 10, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.



Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa Gestão Pública.

Seção VIII **Da Limitação Orçamentária e Financeira**

Art. 30. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem, conterão, em reais:

I - metas quadrimestrais para o superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida no art. 2º;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria de Finanças do Município, as contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, as concessões e permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias e as demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, ou custeadas com receitas de doações e convênios, e, incluídos em demonstrativo à parte, os restos a pagar, distinguindo-se os processados dos não processados; e

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 31. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará mediante relatório, ao Poder Legislativo, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.



§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2017.

§ 2º Os Poderes do Município, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o **caput** ser divulgado na internet e encaminhado à Câmara Municipal.

Seção IX

Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 32. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2017 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2016, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

- I - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
- II - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária;
- III - Pessoal e Encargos Sociais;
- IV - Serviço da dívida; e
- XII - despesas com apoio ao transporte escolar.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2017 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2017 na Câmara Municipal e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2017, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 40% (quarenta por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º As programações não contempladas nos incisos do **caput** poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2017, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO IV



AS DISPOSIÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS

Seção I

Das Transferências para o Setor Privado

Subseção Única

Das Subvenções Sociais

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo Único. A certificação de que trata o **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente; ou

II - dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

- a) atenção à saúde aos povos indígenas;
- b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- c) combate à pobreza extrema;
- d) atendimento às pessoas com deficiência; e
- e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV - Vírus da Imunodeficiência humana, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

Seção II

Disposições Gerais

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas no art. 33 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos,

Fone: (87) 3880-1156 Fax: 3880-1172

Av. José Saraiva Xavier, nº 90 - Centro - CEP: 56160-000 - Granito - PE

CNPJ: 11.040.888/0001-02

SITE: www.granito.pe.gov.br



dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

II - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

III - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

IV - publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pelo concedente;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular;

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade em face do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

X - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades; e

XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.



CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Seção I

Das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2017, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2016, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

Art. 36. Os Poderes do Município disponibilizarão e manterão atualizada, nos respectivos sítios na internet, no portal "Transparência" ou similar, tabela, por órgão, com os quantitativos, por níveis e o total geral, de:

I - cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e postos militares, agrupados por nível e denominação;

II - cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública municipal, agrupados por nível e classificação; e

III - pessoal contratado por tempo determinado, observado a legislação vigente.

§ 1º A tabela a que se refere o **caput** obedecerá ao modelo a ser definido pelo Poder Executivo, em conjunto com o Poder Legislativo.

§ 2º Não serão considerados como cargos e funções vagos, para efeito deste artigo, as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária de 2017 dotações necessárias à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei.

Art. 37. No exercício de 2017, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:



I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 36;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 35.

Art. 38. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

§ 1º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 2º Exceção-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

§ 3º Fica o Poder Público autorizado a criar cargos e admitir pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos, e contratação temporária por excepcional interesse para atender as necessidades da administração direta, indireta e empresas públicas.

Art. 39. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a título, de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2017, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O anexo a que se refere o **caput** conterá autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada na Câmara Municipal até 31 de agosto de 2016, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:



CAPÍTULO VIII

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO IX

A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 49. Não compete ao Município de Granito estabelecer política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento

CAPÍTULO X DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Art. 50. Os Poderes do Município divulgarão e manterão atualizada, na página do órgão concedente na internet, relação das entidades privadas termos dos arts. 33 a 34, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;
- VI - órgão transferidor; e
- VII - valores transferidos e respectivas datas.

Seção Única

Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 51. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2017 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ Parágrafo Único. Serão divulgados na internet:

- I - pelo Poder Executivo:

Fone: (87) 3880-1156 Fax: 3880-1172
Av. José Saraiva Xavier, nº 90 – Centro – CEP: 56160-000 – Granito – PE
CNPJ: 11.040.888/0001-02
SITE: www.granito.pe.gov.br



- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2017, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;
- c) a Lei Orçamentária de 2017 e seus anexos;
- d) os créditos adicionais e seus anexos;
- e) a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações e respectivos subtítulos, identificando a programação classificada com identificador de resultado primário;
- f) até o sexagésimo dia após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, cadastro de ações contendo, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;
- g) demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, discriminando as classificações funcional e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou o conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;
- h) posição atualizada mensalmente dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo; e

II - pelos Poderes, no sítio de cada Poder, o Relatório de Gestão, o Relatório e o Certificado de Auditoria, o Parecer do órgão de controle interno, em até trinta dias após seu envio ao Tribunal.

Art. 52. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até três dias da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Fone: (87) 3880-1156 Fax: 3880-1172
Av. José Saraiva Xavier, nº 90 – Centro – CEP: 56160-000 – Granito – PE
CNPJ: 11.040.888/0001-02
SITE: www.granito.pe.gov.br



Art. 53. A execução da Lei Orçamentária de 2017 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§1º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2017 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 2º Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no valor mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 54. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no **caput**.

§ 2º Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei nº 4.320, de 1964, a contabilidade:

- I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e
- II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

Art. 55. Para os efeitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;
- II - entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;
- III - na execução das despesas na ante vigência da Lei Orçamentária de 2017, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e



IV - os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2017 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 56. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

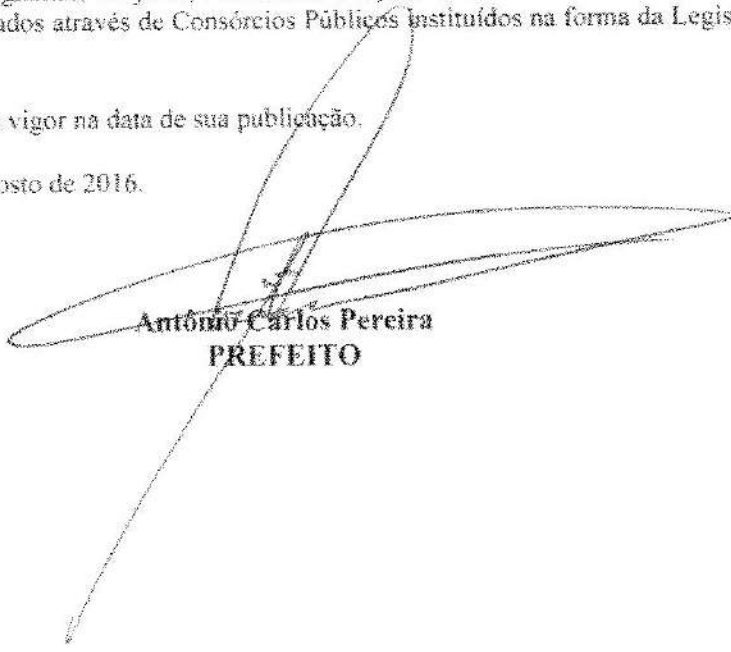
Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública municipal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, conforme Lei Municipal e demais disposições legais aplicáveis, inclusive observância da Resolução TC nº 020/2005, do TCE-PE.

Parágrafo Único: Os Programas, Projetos, Atividades e Ações constantes da Lei Orçamentária Anual poderão ser realizados através de Consórcios Públicos instituídos na forma da Legislação Federal específica.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Granito-PE, em 29 de agosto de 2016.


Antônio Carlos Pereira
PREFEITO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

ANEXO I

PROGRAMA
5000 – Câmara Municipal

OBJETIVO
Melhorar as condições de trabalho do Poder Legislativo e de suas unidades de suporte técnico-administrativo para atingir maior eficácia no exercício de suas funções por meio de adequação da estrutura administrativa e de capacitação dos servidores.

UNIDADE RESPONSÁVEL
Câmara Municipal

Denominação					
AÇÕES (A – ATIVIDADES / P – PROJETO / R – OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
P	AQUIS. DE MAQ. VEÍCULOS, APARELHOS, MÓVEIS E LIVROS	Unid	Unidade	05	CÂMARA MUNICIPAL
P	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA SEDE DA CÂMARA	Unid	Manutenção (unidade)	01	CÂMARA MUNICIPAL
A	ENCARGOS COM MANUT. DAS ATIVIDADES E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA	Unid	Manutenção (unidade)	01	CÂMARA MUNICIPAL
A	DISPÊNDIOS COM RESTITUIÇÕES	Unid	Manutenção (unidade)	01	CÂMARA MUNICIPAL
A	CONTRIBUIÇÕES A UVP, AVA E OUTROS	Unid	Manutenção (unidade)	01	CÂMARA MUNICIPAL

PROGRAMA

5001 - Gestão Pública

OBJETIVO

Dotar a administração municipal de meios adequados para consolidar-se no centro de excelência de gestão pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno

Denominação

AÇÕES (A - ATIVIDADES / P - PROJETO / E - OPERAÇÃO ESPECÍFICA)		Unid.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE	Unid.	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO MUNICIPAL
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA GABINETE DO PREFEITO	Unid.	Unidade	05	GABINETE DO PREFEITO
A	ENCARGOS C/MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E FUNCIONAMENTO DO GABINETE	Unid.	Encargos	01	SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO MUNICIPAL
P	AQUIS. DE EQUIP. PARA SALA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	Unid.	Unidade	03	SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO MUNICIPAL
A	MANUTENÇÃO E APOIO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS	Unid.	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO MUNICIPAL
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	Unid.	Unidade	05	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO
A	PARCERIAS COM ENTES FEDERAIS E ESTADUAIS PARA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E JUSTIÇA	Unid.	Unidade	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO
A	APOIO AOS CONS. E RELAÇÃO COM SOCIEDADE CIVIL	Unid.	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO
A	ENCARGOS DECORRENTES DE CONVÊNIOS E/OU CONSÓRCIOS COM OUTROS ÓRGÃOS	Unid.	Encargos	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	Unid.	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO
E	ENCARGOS COM SENTENÇAS JUDICIAIS	Unid.	Encargos	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO

E	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO
E	PAGAMENTOS DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	Unid	Unidade	02	SECRETARIA DE FINANÇAS
A	ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS DAS DIV. SECRETARIAS	Unid	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE INTERNO
A	PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES CONTRIBUTIVAS - PASEP	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE FINANÇAS
A	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA UNIDADE	Unid	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE FINANÇAS
P	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS	Unid	Unidade	05	SECRETARIA DE FINANÇAS
A	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA CONTABILIDADE E TESOUREARIA	Unid	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE FINANÇAS
A	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO GAB. DO SECRETÁRIO	Unid	Manutenção do departamento (unidade)	01	SECRETARIA DE FINANÇAS
P	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE TRANSPORTES
A	MANUTENÇÃO DA PATROL E OUTROS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE TRANSPORTES
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNCIONAMENTO DO DEP. TRANSPORTES	E Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE TRANSPORTES
A	MANUTENÇÃO DA UNIDADE	Unid	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE DESENV. SOCIAL, D. HUM. MULHER E JUVENTUDE
A	CUSTEIO DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA	Unid	Unidade	01	FUMPREG
A	INVESTIMENTO DO ATIVO FINANCEIRO	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE FINANÇAS
A	CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	Unid	Unidade	01	FUMPREG

PROGRAMA**5002 - GRANITO MAIS SAUDÁVEL****OBJETIVO**

Melhorar o acesso aos serviços básicos especializados, com ampliação e qualificação da rede de atendimento, e fortalecer ações de atenção básica, proteção e promoção à saúde.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Saúde

Denominação

AÇÕES (A - ATIVIDADES / P - PROJETO / E - DESPESAS ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
P	AQUIS. MOVEIS, MÁQ. E EQUIPAMENTOS P/O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Unid	Unidade	01	Saúde
P	CONST. REF. E OU AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	Unid	Unidade	01	Saúde
P	EQUIPAR UNIDADE ADONTOMÉDICA, UNIDADES MOVEIS E AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS	Unid	Unidade	01	Saúde
A	EQUIPAR UNIDADE ODONTOMÉDICA, UNIDADE MOVEIS E AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS	Unid	Unidade (equipamentos)	05	Saúde
A	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE EM BELA VISTA	Unid	Unidade	01	Saúde
A	ENCARGOS C/ MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES E FUNCIONAMENTO DEP	Unid	Encargos	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E FUNCIONAMENTO - PSF	Unid	Manutenção da Atividade	01	Saúde
A	ENCARGOS COM O PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA SUS	Unid	Encargos	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DO PACS - PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	Unid	Unidade	01	Saúde
A	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	Unid	Unidade	01	Saúde
A	ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS DO FUNDO DE SAÚDE	Unid	Unidade	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DA UNIDADE ODONTOMÉDICA E UNIDADES MÓVEIS	Unid	Assistência odontológica	01	Saúde
A	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	Unid	Unidade	01	Saúde
A	DISPÊNDIOS COM ATENDIMENTO A TRATAMENTO FORA DOMICÍLIO	Unid	Unidade	01	Saúde
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CASA DE APOIO AOS ENFERMOS	Unid	Manutenção da unidade	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DAS CIDADES	Unid	Manutenção da unidade	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DO HPP - HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	Unid	Manutenção da unidade	01	Saúde

A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CAPS	Unid	Manutenção da unidade	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Unid	Manutenção de programa	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES NO CONTROLE DE ENDEMIAS	Unid	Manutenção da Atividade	01	Saúde
P	REFORMA DE UNIDADES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	Unid	Unidades	03	Saúde
A	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	Unid	Unidade	01	Saúde
A	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA SAÚDE	Unid	Funcionários	40	Saúde
P	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	Unid	Unidade	01	Saúde
A	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS	Unid	Unidade	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA TPD	Unid	Unidade	01	Saúde
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS	Unid	Unidade	01	Saúde
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS	Unid	Unidade	01	Saúde

PROGRAMA**5003 - FAMÍLIA CIDADÃ - AÇÕES SOCIAIS****OBJETIVO**

Melhorar efetivamente a qualidade de vida das famílias de baixa renda com ações integradas. Transferência de renda, suplementação alimentar, atendimento emergencial para desempregados e capacitação para jovens, possibilitando meios para a superação da situação de vulnerabilidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Mulher e Juventude

Denominação

AÇÕES (A - ATIVIDADE / P - PROJETO / E - OPERAÇÃO ESPECIAL)		UNID.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQ., MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Unid	Unidade	10	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DA MULHER	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/ CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	Unid	Unidade	05	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	PROGRAMAÇÕES DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA A JUVENTUDE	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	ENCARGOS COM MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Unid	Encargos	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	PROGRAMA DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Unid	Manutenção da unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	SERVIÇO DE CONVENIÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
P	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE APOIO AO IDOSO	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

P	CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA UNIDADE	Unid	Manutenção da unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDSF - BOLSA FAMÍLIA	Unid	Manutenção do programa	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Unid	Manutenção da Atividade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA CRAS	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DO CREAS	Unid	Manutenção da Atividade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Unid	Encargos	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	Unid	Unidade	05	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	PROGRAMA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	DISPÊNDIOS COM AUXÍLIO A PESSOAS CARENTES	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRO - JOVEM	Unid	Manutenção do Programa	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS LIGADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
A	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO PSB	Unid	Unidade	01	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.
A	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO PSE	Unid	Unidade	01	
P	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO IDOSO	Unid	Unidade	01	
P	REFORMA/AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	Unid	Unidade	01	
A	MANUTENÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS RELACIONADAS À ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Unid	Unidade	01	
A	ATENDIMENTO ÀS DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR PROGRAMADAS	Unid	Unidade	01	

PROGRAMA**5004 - ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA E QUALIDADE DO ENSINO****OBJETIVO**

Garantir às crianças, adolescentes, jovens e adultos o acesso à educação visando, bem como a formação permanente dos profissionais de educação. Dar continuidade aos investimentos da infraestrutura física e pedagógica da rede para atender a demanda da educação básica.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Denominação

ACÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR PNAE	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A ENCARGOS COM MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO NO MUNICÍPIO	Unid	Encargos	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%	Unid	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
P AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS MÓVEIS EQUIPAMENTOS - FUNDEB 40%	E Unid	Unidade	20	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A IMPLANTAÇÃO E MANUT. DE PROG. E PROJETOS EDUCACIONAIS	Unid	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
P CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO	Unid	Unidades Atendidas	05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
P AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS DIVERSOS P/SEC DE EDUCAÇÃO	Unid	Unidade	300	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
P AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. - FUNDEB 40%	Unid	Unidade	50	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS - FUNDEB 60%	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	Unid	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS - FUNDEB 40%	Unid	Encargos	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Unid	Unidade	10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Unid	Encargos	10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A TRANSPORTE FUNDEB	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A TRANSPORTE ESCOLAR	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

P	CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA SEC. DE EDUCAÇÃO	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	Unid	Ônibus	07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A	TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	Unid	Alunos atendidos	50	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
P	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E OU REFORMA DE CRECHES	Unid	Unidade	02	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
P	AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA**5005 - DIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL****OBJETIVO**

Promover o acesso de crianças, jovens e adultos em atividades artísticas e culturais de qualidade nos diversos segmentos culturais de formação. Desenvolvimento do setor cultural do Município.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Denominação

AÇÕES (A- ATRIBUIÇÃO / F- PROJETO / E- OPERAÇÕES ESSENCIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
P	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO CULTURAL, CASA DO ARTESÃO E MUSEU DE GRANITO	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
A	ENCARGOS COM PROG. DE INCENTIVO AO ARTESÃO E ARTISTAS LOCAIS	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
A	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTOS	Unid	Manutenção da unidade	01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA**5006 - CRESCE GRANITO****OBJETIVO**

Fomentar e prospectar oportunidades de parcerias e de captação de investimentos para impulsionar o desenvolvimento econômico do município, com geração de emprego e renda para a população. Promover o acesso universal ao turismo, esportes e lazer, bem como qualificar equipamentos recreativos e culturais.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo

Denominação

AÇÕES (A- ATIVIDADES / P- PROJETO / R- OPERAÇÕES ESPECIAIS)	UNID.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
P CONSTRUÇÃO, E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS E CAMPOS DE FUTEBOL	Unid	Unidade	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
A APOIO E MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR	Unid	Unidade	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS CULTURAIS E CÍVICAS	Unid	Manutenção da Atividade	01	
A APOIO AS FESTIVIDADES DA PEGA DO BOI	Unid	Unidade	01	
A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE TURISMO E EVENTOS	Unid	Manutenção da Atividade	01	
A MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Unid	Manutenção do Programa	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA UNIDADE	Unid	Manutenção da Unidade	01	
P CONST. E RECUPERAÇÃO DE AQUED. BARRAGENS E CISTERNAS NO MUNICÍPIO	Unid	Unidade	05	
P PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE HORAS MAQUINAS P/PREPARO DO SOLO	Unid	Unidade	01	
A AQUIS. SEMENTES, MUDAS E VACINAS P/DISTRIBUIÇÃO PRODUTORES	Unid	Unidade	01	
P AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIP. DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E MOTOCICLETAS	Unid	Unidade	05	
A PROGRAMA GARANTIA SAFRA	Unid	Programa	01	
A PROGRAMA DE CAP. DE PRODUTORES RURAIS COM INCENTIVO A PRODUÇÃO	Unid	Programa	01	
A ENCARGOS COM APOIO A ASSOCIAÇÃO ORGANIZADAS	Unid	Encargos	01	
P REFORMA E/OU AMPL. DO PARQUE DA FEIRA DE OVINOS, CAPRINOS E BOVINOS	Unid	Manutenção	01	
P AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Unid	Unidades	10	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A MANUTENÇÃO DO PARQUE DA FEIRA DE OVINOS E CAPRINOS	Unid	Manutenção	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

A	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE VAQUEJADA	Unid	Manutenção	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A	IMPL. DE PROJ. DE MELHORAMENTO GENÉTICO OVINOS/CAPRINOS/BOVINOS	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
P	AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEUS, ENSILADEIRA E RETROESCAVADEIRA	Unid	Unidade	02	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E FUNCIONAMENTO DO DEP. DE ABASTECIMENTO	Unid	Manutenção do departamento	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A	PROGRAMAS DE PARCERIAS COM OUTROS ORGAOS	Unid	Programas	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
P	PERFURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS E AMAZONAS	Unid	Poços	10	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A	MANUTENÇÃO DO ABATEDOURO, AÇOUGUES E CORTUMES	Unid	Manutenção	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AÇOUGUES, ABATEDOUROS E CORTUMES	Unid	Unidade	05	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
P	IMPLANTAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A	MANUTENÇÃO DA ADUTORA DA LAGOA NOVA	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA ZONA RURAL	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
A	APOIO AS ATIVIDADES DA SOCIOLEITE	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA**SD07 - GRANITO INTEGRADO****OBJETIVO**

Promover a preservação e a conscientização ambiental, a urbanização e manutenção dos espaços públicos, garantindo e otimizando a mobilidade urbana e rural, bem como proporcionar as intervenções necessárias para manter o patrimônio cultural do município.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

Denominação

ACÇÕES (A- SECRETARIAS / P- PROJETO / E- OPERAC. DE INTERESSOS)	UNID.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
P AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Unid	Unidade	10	SECRETARIA DE TRANSPORTE
P CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE PONTES E PASSAGENS MOLHADAS	Unid	Unidade	03	SECRETARIA DE TRANSPORTE
P CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU RESTAURAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	Unid	Unidade	02	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P CONSTRUÇÃO E/OU RESTAURAÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO FIO	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P CONST. DE ASFALTO E REFORMA EM RUAS E AVENIDAS MUNICIPAIS	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P CONSTRUÇÃO PORTICO DE ENTRADA DA CIDADE	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
A MANUTENÇÃO DO DEPT. DE INFRA - ESTRUTURA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE UTILIDADE PÚBLICA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
E AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS P/ SEC. DE INFRA - ESTRUTURA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA URBANA	Unid	Veículos locados	10	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
A MANUT. DAS ATIVIDADES E DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P CONSTRUÇÃO DA ORLA NO RIO BRIGIDA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA

P	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	Unid	Unidade	30	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P	CONST. E/OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
A	MANUTENÇÃO DO LIXÃO DO MUNICÍPIO	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P	GALPÃO PARA OLARIA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
A	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DA FEIRA DE CAPRINOS E OVINOS	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P	EXPANSÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO DE BAIXA TENSÃO	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P	ILUMINAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO BRIGIDA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
A	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA
P	REFORMA, RECUPERAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	Unid	Unidade	01	SEC. DE INFRA-ESTRUTURA

PROGRAMA

6008 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

OBJETIVO

Abertura de créditos adicionais e atendimento de passivos contingentes.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Finanças

Denominação

AÇÕES (A- APROPRIAÇÃO / P- PROJEITO / L- OPERAÇÕES ESPECIAIS)		UNID.	PRODUTO	META 2017	ÓRGÃO EXECUTOR
E	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	Unid	Unidade	01	SECRETARIA DE FINANÇAS

Parametros Iniciais

Município: Granito - PE
Ano da LDO: 2017

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
PIB real (crescimento % anual)	0,35	0,35	0,35
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)			
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,00	6,00	6,00
Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$	174.000.000.000	189.000.000.000	204.400.000.000

* Fonte Agência Condepe/Fidem

Ano	Taxa de Crescimento do PIB real % *	Valor em (R\$)	
		Realizado	Previsão
2015		155.500.000.000	153.600.000.000
2016	3,50%	160.942.500.000	160.942.500.000
2017	0,35%	174.000.000.000	174.000.000.000
2018	0,35%	189.000.000.000	189.000.000.000
2019	0,35%	204.400.000.000	204.400.000.000

	2014	2015	2016	2017*	2018*	2019*
ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
* Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo Bacen - Relatório FOCUS de 24/03/2016.	6,41%	10,67%	7,31%	6,00%	6,00%	6,00%

FONTE: Secretaria de Finanças

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS

Município de Crato - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
2017

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019			R\$ 1.000
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	
	(a)			(b)			(c)			
Receita Total	30.142.539,40	28.436.357,92	1,73%	30.594.677,49	27.229.154,05	1,62%	31.053.597,65	26.073.199,40	1,52%	
Receitas Primárias (I)	29.758.148,73	28.073.725,21	1,73%	30.204.520,96	26.881.016,13	1,60%	30.637.588,77	25.740.702,70	1,50%	
Despesa Total	30.142.539,40	28.436.357,92	1,73%	30.594.677,49	27.229.154,05	1,62%	31.053.597,65	26.073.199,40	1,52%	
Despesa Primária (II)	29.730.945,90	28.057.496,13	1,71%	30.187.060,69	26.886.376,01	1,60%	30.639.865,99	25.725.822,31	1,50%	
Resultado Primário (II) - (I - II)	17.202,83	16.229,08	0,00%	17.440,87	15.540,11	0,00%	17.722,78	14.890,39	0,00%	
Resultado Nominal	-269.340,49	-254.303,67	-0,02%	-46.845,23	-35.511,94	-0,00%	-86.117,89	-72.306,24	-0,00%	
Dívida Pública Consolidada	-111.502,64	-105.191,17	-0,01%	-113.175,18	-100.725,51	-0,01%	-114.872,81	-96.440,42	-0,01%	
Dívida Consolidada Líquida	-5.636.347,65	-5.336.177,03	-0,10%	-5.741.192,36	-5.168.641,21	-0,10%	-5.827.310,76	-4.892.722,38	-0,20%	
Recursos Primários advindos de PPP (IV)										
Despesas Primárias advindas por PPP (V)										
Impacto das vendas das PPP (VI) - (IV - V)										

Fonte: BAC, COREPE/PRDEM

Notas: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

	2017	2018	2019
PIB real (crescimento % anual)	0,35	0,35	0,35
Taxa real de juro implícito sobre a dívida	0,00%	0,00%	0,00%
Liquidez do Governo (média % anual)			
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,00	6,00	6,00
Projeção do PIB do Estado de Pernambuco	174.900.000.000	189.000.000.000	204.400.000.000
R\$			
Índice para Deflação	1,080	1,124	1,191

Município de Granito - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2017

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)						RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	27.546.838,45	0,018	19.796.780,18	0,013	-7.750.058,27	-28,13
Receitas Primárias (I)	26.216.851,45	0,017	19.067.785,22	0,012	-7.149.066,23	-27,27
Despesa Total	27.546.838,45	0,018	19.135.658,12	0,012	-8.411.180,33	-30,53
Despesas Primárias (II)	27.325.438,45	0,018	18.991.681,91	0,012	-8.333.756,54	-30,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.108.587,00	-0,001	76.103,31	0,000	1.184.690,31	-106,86
Resultado Nominal	-387.176,94	0,000	225.896,13	0,000	613.073,07	-158,34
Dívida Pública Consolidada	-97.424,76	0,000	0,00	0,000	97.424,76	-100,00
Dívida Consolidada Líquida	-4.942.199,78	-0,003	-3.227.465,82	-0,002	1.714.733,96	-34,70

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2015

ESPECIFICAÇÃO		VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2015		153.600.000.000
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2015		155.500.000.000

Fonte: Agência Condepe/Fidem

Município de Gramito - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2017

R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019
Receita Total	26.193.294,80	27.546.838,45	5,13	28.707.180,37	4,23	30.142.539,40	5,00	30.504.677,49	1,50	31.053.597,65
Receitas Primárias (I)	24.925.390,80	26.216.831,45	5,18	28.341.094,03	8,30	29.738.148,73	5,00	30.204.520,96	1,50	30.657.598,77
Despesa Total	26.193.294,80	27.546.838,45	5,17	28.707.180,37	4,21	30.142.539,40	5,00	30.504.677,49	1,50	31.053.597,65
Despesas Primárias (II)	25.971.894,00	27.325.438,45	8,24	28.324.710,37	3,66	29.740.943,96	5,00	30.187.660,99	1,50	30.639.865,99
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.046.503,20	-1.108.587,00	5,93	16.383,65	-101,48	17.202,83	5,00	17.460,87	1,50	17.722,78
Resultado Nominal	-337.409,11	-387.176,94	14,75	-444.797,98	14,58	-269.349,80	-39,44	-84.845,21	-68,50	-86.117,89
Dívida Pública Consolidada	89.792,41	97.424,76	8,50	-106.192,99	9,00	-111.502,64	5,00	-113.175,18	1,50	-114.872,81
Dívida Consolidada Líquida	-4.555.022,84	-4.042.199,78	8,50	-5.386.997,76	9,00	-5.636.347,65	5,00	-5.741.197,86	1,50	-5.827.330,76

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019
Receita Total	30.846.257,81	30.486.086,11	-1,17	28.707.180,37	-5,84	28.436.357,92	-0,94	27.229.154,03	-4,25	24.597.357,92
Receitas Primárias (I)	29.353.124,01	29.014.189,30	-1,15	28.341.094,03	-2,32	28.071.725,21	-0,94	26.881.916,13	-4,25	24.283.681,86
Despesa Total	30.846.256,86	30.486.086,11	-1,17	28.707.180,37	-5,84	28.436.357,92	-0,94	27.229.154,03	-4,25	24.597.357,92
Despesas Primárias (II)	30.585.527,49	30.241.062,73	-1,13	28.324.710,37	-6,34	28.057.496,13	-0,94	26.806.376,01	-4,25	24.269.643,69
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.232.403,48	-1.226.873,23	-0,45	16.383,65	-101,34	16.229,08	-0,94	15.540,12	-4,25	14.038,11
Resultado Nominal	-397.346,29	-428.488,72	7,84	-444.797,98	3,81	-254.103,67	-42,87	-78.511,94	-70,28	-68.213,44
Dívida Pública Consolidada	-105.743,09	-107.819,98	1,96	-106.192,99	-1,51	-105.191,17	-0,94	-100.725,51	-4,25	-90.990,02
Dívida Consolidada Líquida	5.364.174,68	5.469.532,50	1,96	-5.386.997,76	-1,51	-5.336.177,03	-0,94	-5.109.641,21	-4,25	-4.615.775,92

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	5,41%	10,67%	7,31%	6,00%	6,00%	6,00%
% Aplicação p/ valores Correntes	1,178	1,107	-	1,060	1,124	1,282

* Inflação Média (%) anual projetada com base no IPCA, divulgado pelo Bacen - Relatório FOCUS de 24/03/2016.

Município de Granito - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2017

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2015	%	2014	%	2013	%	R\$ 1,00
Patrimônio/Capital		0,00	0,00%	12.018.526,63	72,74%	12.018.526,63	88,80%	
Reservas		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Resultado Acumulado		16.290.609,54	100,00%	4.504.134,52	27,26%	1.515.787,24	11,20%	
TOTAL		16.290.609,54	100,00%	16.522.661,15	100,00%	13.534.313,87	100,00%	

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio		0,00	0,00%	2.473.985,78	149,94%	2.473.985,78	687,25%
Reservas		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados		1.390.023,91	100,00%	-823.962,11	-49,94%	-2.114.000,32	-587,25%
TOTAL		1.390.023,91	100,00%	1.650.023,67	100,00%	359.985,46	100,00%

FONTE: Secretaria de Finanças

Município de Granito - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
2017
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

R\$ 1,00				
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)				
RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	62.300,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Imóveis	62.300,00			
DESPESAS EXECUTADAS	2015 (d)	2014 (e)	2013 (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	0,00	0,00	0,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
SALDO FINANCEIRO	2015 (g) = (Ia - IIId) +	2014 (h) = (Ib - IIe) +	2013 (i) = (Ic - If)	
VALOR (III)	62.300,00	0,00	0,00	

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota:

[illegible]

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840.

[illegible]

| AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | | | | | RS 1,00 | |
|--|------------|--|------------------------------|------|---------|-------------|
| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETORES/
PROGRAMAS/
BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
| | | | 2017 | 2018 | 2019 | |
| TOTAL | | | | | | - |

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Município de Granito - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2017

| AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | | R\$ 1,00 |
|---|--------------------------|----------|
| EVENTOS | Valor Previsto para 2017 | |
| Aumento Permanente da Receita | | |
| (-) Transferências Constitucionais | | |
| (-) Transferências ao FUNDEB | | |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | | 0,00 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | | 0,00 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | | 0,00 |
| Novas DOCC | | |
| Novas DOCC geradas por PPP | | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | | 0,00 |
| FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm> | | |

Notas:

1- O Município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2017.

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

| ESPECIFICAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 20.818.450,00 | 21.947.722,80 | 22.595.470,45 | 24.043.643,97 | 25.245.826,18 | 25.624.513,57 | 26.008.881,27 |
| Receita Tributária | 592.310,00 | 707.494,80 | 811.271,79 | 851.835,38 | 894.427,15 | 907.543,56 | 921.461,21 |
| Receitas de Contribuições | 583.000,00 | 591.000,00 | 693.158,40 | 717.317,37 | 753.183,24 | 764.480,99 | 775.948,20 |
| Receita Patrimonial | 625.000,00 | 619.904,00 | 681.987,00 | 116.086,35 | 121.890,87 | 123.719,03 | 125.574,82 |
| Aplicações Financeiras (II) | 625.000,00 | 619.904,00 | 651.887,00 | 116.086,35 | 121.890,87 | 123.719,03 | 125.574,82 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 592.000,00 | 488.580,00 | 95.389,00 | 450.159,00 | 472.667,00 | 479.757,00 | 488.953,00 |
| Transferências Correntes | 18.144.040,00 | 19.345.024,00 | 20.032.972,80 | 21.534.621,44 | 22.611.352,51 | 22.980.522,80 | 23.294.780,54 |
| Outras Receitas Correntes | 192.100,00 | 195.740,00 | 390.890,00 | 373.624,50 | 392.305,73 | 398.190,32 | 404.163,17 |
| RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II) | 20.193.450,00 | 21.327.818,80 | 22.013.483,45 | 23.927.557,62 | 25.123.935,51 | 25.500.794,54 | 25.883.306,46 |
| RECEITA DE CAPITAL (IV) | 3.434.600,00 | 3.709.368,00 | 4.243.368,00 | 3.988.436,40 | 4.166.858,22 | 4.239.361,09 | 4.292.801,51 |
| Operações de Créditos (V) | 500.000,00 | 540.000,00 | 540.000,00 | 200.000,00 | 210.000,00 | 213.150,00 | 216.347,25 |
| Amortização de Empréstimos (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens (VII) | 100.000,00 | 106.000,00 | 162.000,00 | 50.000,00 | 52.500,00 | 53.267,50 | 54.086,81 |
| Transferências de Capital | 2.834.600,00 | 3.061.368,00 | 3.541.368,00 | 3.718.436,40 | 3.804.358,22 | 3.962.923,59 | 4.022.367,45 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII) | 2.834.600,00 | 3.061.368,00 | 3.541.368,00 | 3.718.436,40 | 3.904.358,22 | 3.962.923,59 | 4.022.367,45 |
| RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA (IX) | 439.990,00 | 536.204,00 | 662.000,00 | 695.100,00 | 729.855,06 | 740.802,83 | 751.914,87 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS (X) = (III + VIII) | 23.662.840,00 | 24.825.390,80 | 26.216.851,45 | 28.241.094,02 | 29.758.148,79 | 30.208.520,99 | 30.857.388,77 |
| DESPESAS CORRENTES (X) | 18.845.028,00 | 22.082.440,00 | 22.662.082,45 | 23.695.186,57 | 24.872.178,09 | 25.245.260,57 | 25.623.939,58 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 9.373.150,00 | 11.920.995,00 | 11.509.762,48 | 11.985.250,57 | 12.594.513,10 | 12.773.280,80 | 12.964.880,01 |
| Juros e Encargos da Dívida (XI) | 0,00 | 5.400,00 | 5.400,00 | 5.670,00 | 5.953,50 | 6.042,80 | 6.133,44 |
| Outras Despesas Correntes | 9.471.870,00 | 10.156.045,00 | 11.146.920,00 | 11.704.266,00 | 12.261.711,40 | 12.465.937,07 | 12.652.936,13 |
| DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI) | 18.845.028,00 | 22.077.040,00 | 22.656.682,45 | 23.689.516,57 | 24.866.224,59 | 25.239.217,87 | 25.617.806,14 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIII) | 4.364.900,00 | 3.844.408,00 | 4.618.400,00 | 4.732.320,00 | 4.968.936,00 | 5.043.470,04 | 5.119.122,09 |
| Investimentos | 4.164.900,00 | 3.624.956,00 | 4.398.400,00 | 4.351.320,00 | 4.568.886,00 | 4.637.419,29 | 4.708.980,58 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 3.542,00 | 4.000,00 | 4.200,00 | 4.410,00 | 4.476,15 | 4.543,29 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 200.000,00 | 216.000,00 | 216.000,00 | 376.800,00 | 395.640,00 | 401.574,60 | 407.588,22 |
| DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV) | 4.164.900,00 | 3.528.408,00 | 4.402.400,00 | 4.355.520,00 | 4.573.296,00 | 4.641.895,44 | 4.711.523,87 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) | 240.000,00 | 268.356,00 | 266.356,00 | 279.673,90 | 301.425,40 | 305.946,78 | 310.536,98 |
| DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII + XV + XVI) | 23.249.928,00 | 25.971.824,00 | 27.325.438,45 | 28.324.710,47 | 29.740.945,99 | 30.187.060,08 | 30.638.865,99 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII) | 218.120,00 | 1.048.503,20 | 1.108.507,00 | 16.363,65 | 17.207,63 | 17.460,87 | 17.722,78 |

Nota:

1- Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para os exercícios, conforme demonstrado anteriormente.

2- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STM - Secretário do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

| ESPECIFICAÇÃO | (b) 2013 | (c) 2014 | (d) 2015 | (e) 2016 | (f) 2017 | (g) 2018 | (h) 2019 |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | (83.141,12) | (89.792,41) | (97.424,76) | (106.192,99) | (111.502,64) | (113.175,18) | (114.872,81) |
| DEDUÇÕES (II) | 4.134.472,61 | 4.465.230,43 | 4.844.775,02 | 5.260.804,77 | 5.544.845,01 | 5.628.017,68 | 5.712.437,95 |
| Ativo Financeiro | 2.272.613,13 | 2.454.422,18 | 2.663.048,07 | 2.902.722,39 | 3.047.858,51 | 3.093.576,39 | 3.139.980,03 |
| Haveres Financeiros | 2.034.328,56 | 2.197.074,85 | 2.383.826,21 | 2.598.370,57 | 2.728.289,10 | 2.769.213,43 | 2.810.751,64 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 172.469,08 | 186.266,60 | 202.099,26 | 220.288,19 | 231.302,60 | 234.772,14 | 238.293,72 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II) | (4.217.613,73) | (4.555.022,84) | (4.942.199,78) | (5.386.997,76) | (5.656.347,65) | (5.741.192,86) | (5.827.310,76) |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V) | (4.217.613,73) | (4.555.022,84) | (4.942.199,78) | (5.386.997,76) | (5.656.347,65) | (5.741.192,86) | (5.827.310,76) |
| RESULTADO NOMINAL | (312.415,82) | (237.409,11) | (387.176,94) | (444.797,96) | (269.349,89) | (84.845,21) | (86.117,89) |

Notas:

I- O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal.
 *- Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2013.

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Receitas

| ESPECIFICAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | 20.818.450,00 | 21.947.722,00 | 22.895.470,45 | 24.043.643,97 | 25.245.826,18 | 25.824.513,57 | 26.008.881,27 |
| Receta Tributária | 682.310,00 | 707.494,80 | 811.271,79 | 851.835,38 | 894.427,15 | 907.843,56 | 921.461,21 |
| Recetas de Contribuições | 583.000,00 | 591.000,00 | 683.159,40 | 717.317,37 | 753.182,24 | 764.480,99 | 775.948,20 |
| Receta Patrimonial | 625.000,00 | 619.904,00 | 631.987,00 | 116.096,35 | 121.890,67 | 123.719,03 | 125.574,82 |
| Aplicações Financeiras (II) | 625.000,00 | 619.904,00 | 631.987,00 | 116.096,35 | 121.890,67 | 123.719,03 | 125.574,82 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receta Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receta de Serviços | 582.000,00 | 488.560,00 | 95.389,46 | 450.159,93 | 472.666,88 | 479.756,88 | 486.953,24 |
| Transferências Correntes | 18.144.040,00 | 19.345.024,00 | 20.032.972,80 | 21.534.621,44 | 22.611.362,51 | 23.950.522,80 | 23.294.780,64 |
| Outras Receitas Correntes | 192.100,00 | 195.740,00 | 380.690,00 | 373.624,50 | 392.305,73 | 398.190,32 | 404.163,17 |
| RECEITA DE CAPITAL | 3.434.600,00 | 3.709.368,00 | 4.189.368,00 | 3.968.436,40 | 4.166.858,22 | 4.229.361,08 | 4.292.801,51 |
| Operações de Créditos | 500.000,00 | 540.000,00 | 540.000,00 | 200.000,00 | 210.000,00 | 213.150,00 | 216.347,25 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 100.000,00 | 108.000,00 | 105.000,00 | 50.000,00 | 52.500,00 | 53.287,50 | 54.086,81 |
| Transferências de Capital | 2.834.000,00 | 3.061.368,00 | 3.541.368,00 | 3.718.436,40 | 3.904.358,22 | 3.962.923,59 | 4.022.367,45 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIAS | 439.900,00 | 536.204,00 | 662.000,00 | 695.100,00 | 729.855,00 | 740.802,83 | 751.914,87 |
| TOTAL DAS RECEITAS | 24.693.040,00 | 26.193.294,00 | 27.546.838,45 | 28.707.180,37 | 30.142.539,40 | 30.594.677,49 | 31.053.597,65 |

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as despesas

| ESPECIFICAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| DESPESAS CORRENTES (I) | 18.850.020,00 | 22.082.440,00 | 22.662.062,45 | 23.685.186,57 | 24.872.178,00 | 25.245.260,67 | 25.823.939,58 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 9.373.150,00 | 11.970.995,00 | 11.509.762,45 | 11.985.250,57 | 12.594.513,10 | 12.773.280,80 | 12.964.880,01 |
| Juros e Encargos da Dívida | 5.000,00 | 5.400,00 | 5.400,00 | 5.670,00 | 5.953,50 | 6.042,80 | 6.133,44 |
| Outras Despesas Correntes | 9.471.870,00 | 10.156.045,00 | 11.146.920,00 | 11.704.268,00 | 12.281.711,40 | 12.465.937,07 | 12.852.926,13 |
| DESPESAS DE CAPITAL (II) | 4.418.120,00 | 3.864.498,00 | 4.618.400,00 | 4.732.320,00 | 4.968.936,00 | 5.043.470,04 | 5.119.122,09 |
| Investimentos | 4.164.900,00 | 3.624.956,00 | 4.398.400,00 | 4.351.320,00 | 4.565.886,00 | 4.637.419,29 | 4.706.960,58 |
| Inversões Financeiras | 53.220,00 | 3.542,00 | 6.000,00 | 4.200,00 | 4.410,00 | 4.476,15 | 4.543,29 |
| Amortização da Dívida | 200.000,00 | 216.000,00 | 216.000,00 | 376.800,00 | 395.640,00 | 401.574,60 | 407.598,22 |
| DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS | 1.184.900,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III) | 240.000,00 | 266.356,00 | 266.356,00 | 279.673,80 | 301.426,40 | 305.946,78 | 310.535,98 |
| RESERVA DO RPPS (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (V) = (I)+(II)+(III)+(IV) | 24.693.040,00 | 26.193.294,00 | 27.546.838,45 | 28.707.180,37 | 30.142.539,40 | 30.594.677,49 | 31.053.597,65 |

Município de Granito - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2017

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

RS 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|-------------------|---|-------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 301.425,40 | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência | 301.425,40 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |
| SUBTOTAL | 301.425,40 | SUBTOTAL | 301.425,40 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | | | |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções | | | |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| SUBTOTAL | 0,00 | SUBTOTAL | 0,00 |
| TOTAL | 301.425,40 | TOTAL | 301.425,40 |

FONTE: Secretaria de Finanças